

Brasília, 10 de março de 1989.

Caro Oswaldo Lima Filho,

A eclosão política do tema "Amazônia" não me surpreende. O trabalho a que tenho me dedicado nos últimos dois anos - acompanhamento da Constituinte para as organizações de apoio ao índio e formação do Núcleo de Direitos Indígenas - me permitiu aprender muito sobre a história, a situação presente e o potencial de futuro da Amazônia. A gravidade da situação presente já se fazia sentir há algum tempo e não deixa de ser lamentável que o Governo e o Congresso só começassem a dimensionar politicamente o problema após a sua transformação em um escândalo mundial, às vésperas da sucessão presidencial. Mesmo assim, é do debate atual que poderão surgir soluções capazes de assegurar o formidável patrimônio que a Amazônia representa, para usufruto das gerações futuras dos povos da América do Sul.

As queimadas da última estiagem e o assassinato de Chico Mendes detonaram o escândalo mundial. Mas há muitas outras situações graves, que permanecem sem soluções à vista e que sequer têm figurado no debate político das últimas semanas, talvez por não envolverem projetos financiados pelo Banco Mundial.

Exemplos: (1) Centenas de outros assassinatos praticados no último ano, de deputados, trabalhadores rurais e índios, como foi o caso do massacre genocida ocorrido no Alto-Solimões que matou 14 índios Tikuna e deixou outros 23 feridos; (2) o agravamento das condições de saúde pública, como demonstra a expansão da epidemia de oncocercose desde o território Yanomami até outros locais da Amazônia e do tocantins, trazida por garimpeiros e por soldados que ser

viram nos batalhões de fronteira instalados na Serra do Parima; (3) a irracionalidade da política mineral vigente, da qual resulta a queda dos preços internacionais dos nossos minérios, como a do estanho, provocada pela ação anti-nacional da Empresa de Mineração Paranapanema, que vem transferindo para os estoques dos países do primeiro mundo um assombroso volume desse minério, extraído da mina do Pitanga, no território Waimiri-Atroari; (4) a falência dos projetos agropecuários coordenados pela Sudam, com o desvio dos recursos provenientes de incentivos fiscais; (5) a persistência na utilização de mão de obra semi-escrava em garimpos, latifúndios e seringais; (6) a corrupção desenfreada na Suframa; (7) a profunda crise orçamentária que assola as instituições públicas de pesquisas, como o Museu Emílio Goeldi e o INPA; (8) a proliferação de aeroportos clandestinos utilizados pelo narcotráfico e pelo contrabando de ouro e de outros minérios; (9) a emigração em massa para a Guiana Francesa; (10) o desmatamento de área florestal correspondente a um campo de futebol a cada cinco segundos, dia e noite, permanentemente.

Essas graves ocorrências revelam o fracasso das políticas governamentais para o desenvolvimento da Amazônia, inclusive o do Projeto Calha Norte, conduzido pela Secretária-Geral do Conselho de Defesa Nacional, que consumiu vultuosos recursos ao longo dos últimos quatro anos e resultou na multiplicação dos conflitos sociais e econômicos em vários pontos da fronteira nacional.

Não será suficiente a apuração dos fatos. No curto tempo que nos separa da disputa pela Presidência, precisamos, também, apontar as saídas. A retórica vazia nos levará à perda de um precioso momento histórico, o que, talvez, seja fatal para o planejamento de uma ocupação auto-sustentável da Amazônia.

Eu quero pedir a sua interveniência no sentido de acionar os companheiros da Frente Parlamentar Nacionalista para que

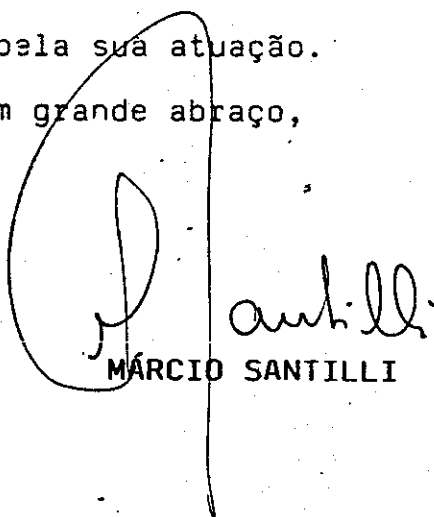
tomem pé da situação e coloquem o emergente debate sobre a Amazônia no trilho das soluções. Sugiro à consideração de vocês alguns temas estratégicos que poderão ajudar a organizar essa discussão: (1) a necessidade de um amplo zoneamento territorial da Amazônia, que concilie preservação com desenvolvimento, definindo áreas de reservas, de recuperação ambiental e de exploração racional dos recursos minerais, hídricos e florestais, prevendo áreas apropriadas para a atuação das Forças Armadas, mapeando as zonas de alagamento e as inviáveis para a ocupação agrícola, demarcando as terras indígenas nos termos da Constituição e planejando as políticas de comunicações e transportes; (2) a destinação histórica da Amazônia como elo de integração continental e de ligação com o Pacífico e o Caribe, capaz de colocar frente a frente países que sempre se deram as costas, superadora de fronteiras, artífice de uma América do Sul unificada; (3) a viabilização de alternativas para o extrativismo predatório, através de um plano de diversificação da atividade econômica, que fortaleça o comércio regional e desenvolva o potencial intercâmbio com as nações vizinhas, crie novas oportunidades de trabalho no setor de serviços, reorientando a política industrial da Zona Franca de Manaus, os investimentos públicos e os incentivos fiscais; (4) a priorização da Amazônia na política de pesquisas, com o resgate dos acervos e instituições já existentes e a organização junto às populações locais e à comunidade científica nacional de uma campanha pelo conhecimento da região.

Evidentemente, essas sugestões não prejudicam a análise de outros temas como saúde, educação, estrutura agrária ou segurança pública, de caráter mais geral. Mas poderão informar as principais especificidades da região amazônica e, assim, dar mais substância ao discurso político sobre ela.

Osvaldo, creio que a sua experiência, ponderação, relações políticas e indeclinável postura de defesa dos interesses na

cionais, o credenciam a ocupar um destacado papel no encaminhamento
dessa questão. Desde logo lhe agradeço, pessoalmente, pela sua aten
ção, e como cidadão, pela sua atuação.

um grande abraço,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. Santilli'. The signature is written in a cursive style with a large, looping initial 'M'.

MÁRCIO SANTILLI